

Relatório Mensal

Período:
20/04 a 20/05



Proposições prioritárias em tramitação no Congresso e Senado Nacional



Principais tramitações e propostas apresentadas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Silvicultura como atividade poluidora

Aprovado na Câmara dos Deputados o PL 1366/2022, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. De autoria do Senador Álvaro dias (Podemos-PR), a proposta, já aprovada no Senado Federal, foi encaminhada à sanção presidencial.

Regulamentação Reforma Tributária

O Poder Executivo encaminhou para deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar Nº 68/2024, que trata da regulamentação da Emenda Constitucional Nº 132 – Reforma Tributária. O texto enviado elenca as atividades que terão alíquota reduzida em 30%, dentre as quais as de Engenharia e Agronomia.





Arborização Urbana

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou no dia 24 de abril o PL 4309/2021, que institui a Política Nacional de Arborização Urbana, prevendo a criação de planos de municipais de arborização. A proposta foi recebida pela Comissão de Constituição e Justiça, e aguarda designação de relator.

Informações Setor Mineral

O Deputado Julio Lopes (PP-RJ) apresentou o PL 1924/2024, que prevê a criação do Operador Nacional do Sistema Mineral (ONSM), tendo como competência fazer o monitoramento online, em tempo real, das atividades de mineração no Brasil. A proposta ainda será despachada às comissões.



Encerramento dos lixões

Recebido pela Comissão de Meio Ambiente o PL 1323/2024, que prorroga o prazo para encerramento de lixões em municípios com menos de 50 mil habitantes, estabelecendo, ainda, medidas alternativas para a gestão de resíduos sólidos. A proposta aguarda designação de relator.

Inserção das Mulheres na Construção Civil

Aprovado na Comissão de Trabalho o PL 2315/2023, de autoria da Deputada Rogéria Santos (REPUBLIC-BA). A proposta cria o Programa para a inserção profissional de mulheres na construção Civil e deverá ser agora deliberada pela Comissão de Finanças e Tributação.



Proteção e Defesa Civil

O Deputado Zé Haroldo Cathedral (PSD/RR) apresentou parecer favorável ao PL 1219/2022, que dispõe sobre as atribuições municipais dos agentes de proteção civil. A proposta, que tem como objetivo otimizar os trabalhos da defesa civil, em casos de desastre, tramita na Comissão de Constituição e Justiça.



Prevenção a desastres

Designado relator ao PL 1370/2024, que dispõe sobre o dever do empreendedor, de acordo com o risco de acidente ou desastre e o dano potencial associado do empreendimento, de adoção de medidas preventivas de acidente ou desastre, para empreendimentos já licenciados ou em caráter de licenciamento. O texto, que será relatado pelo Dep. João Maia (PP-RN), aguarda parecer na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Infraestrutura em telecomunicações

Aguarda o parecer do relator, Dep. Cezinha de Madureira (PSD-SP), o PL 2018/2022, que trata do licenciamento simplificado para instalação de infraestrutura em redes de telecomunicações. O texto, já aprovado na Comissão de Desenvolvimento Urbano, deverá ser deliberado pela Comissão de Comunicação.





Incentivo às Agroindústrias

Designado Relator, Dep. Coronel Meira (PL-PE), ao PL 3584/2015, na Comissão de Constituição e Justiça. De autoria do Dep. Evair Vieira de Melo (PP-ES), o texto institui a Política Nacional de Incentivo às Agroindústrias.

Desburocratização normas edilícias

Sob relatoria do Dep. Marcos Pollon (PL-MS), o PL 541/2020 aguarda parecer na Comissão de Constituição e Justiça. O texto dispõe sobre o estabelecimento de diretrizes gerais da política urbana, para incluir normas de simplificação e deburocratização de normas edilícias e processos correlatos. Segundo a autora, Dep. Paula Belmonte, dentre os principais entraves identificados estão os atrasos na aprovação de projetos pelas prefeituras, a falta de padronização de cartórios e de clareza nas avaliações dos licenciamentos.



Florestas plantadas

Caberá ao Dep. Cobalchini (MDB-SC) a relatoria do PL 686/2022, que trata da regeneração e plantio de florestas e espécies nativas na propriedade rural. O objetivo da proposta é reduzir os obstáculos impostos pela lei, para que o produtor possa manejar e explorar economicamente as florestas plantadas ou regeneradas. O texto deverá ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

SENADO FEDERAL



Cartão Reconstruir

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal aprovou, em caráter termitativo, o PL 3141/2023, que cria o Programa Cartão Reconstruir, visando atender às vítimas de desastres naturais, facultando a aquisição de materiais de construção e reconstrução de moradias. O texto, extremamente caro ao Rio Grande do Sul, segue para deliberação da Câmara dos Deputados.

Desenvolvimento Urbano

O Senador Confúcio Moura (MDB-RO) apresentou no Senado Federal o PL 1710/2024, que institui a a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU. A medida tem como objetivo promover direito à cidade e ao desenvolvimento urbano sustentável, com foco em uma visão sistêmica e universal. O texto aguarda recebimento de emendas na Comissão de Constituição e Justiça.



Política Nacional de Agricultura Urbana

A Comissão de Agricultura do Senado Federal deverá deliberar o Projeto de Lei Complementar Nº 182/2017, de autoria do Deputado Padre João (PT-MG) e outros. A proposta cria a Política Nacional de Agricultura Urbana, institui objetivos a serem perseguidos e impõe deveres aos entes federados para a concretização da política pública.



Código de Defesa do Contribuinte

O Relator da Comissão Temporária para exame de projetos de reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional, Senador Efraim Filho, apresentou parecer ao PLP 125/2022 – Código de Defesa dos Contribuintes. O texto apresentado retira a vedação aos conselhos para execução judicial de dívidas, prevista no texto original, com valor total inferior a 40 salários mínimos. A proposta deverá ser deliberada pela Comissão.

APAR

Assessoria Parlamentar